

Análise comparativa do desenvolvimento econômico e social do Paraguai no Mercosul: 2010-2019

DEISE BAUMGRATZ, CHRISTIAN LUIZ DA SILVA E
MIGUEL ANGELO PERONDI

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR

Resumo

A pobreza é frequentemente caracterizada como algo aquém de uma linha rígida definida por um valor monetário. Entretanto, ainda que o indivíduo, ou sua família nuclear, ultrapasse um patamar mínimo, pode ainda não alcançar uma vida digna, como com: acesso à saúde adequada, alimentação segura, educação, emprego, cultura e justiça social, entre outros fatores que caracterizam a privação das liberdades individuais constitutivas propostas por Amartya Sen, ou a própria dignidade humana defendida por Hinemann e Castells. O atual processo de desenvolvimento econômico moderno ainda celebra o aumento do PIB e desconsidera a perpetuação das desigualdades sociais. Portanto, o objetivo deste artigo é observar os indicadores econômicos do Mercosul, com enfoque na posição do Paraguai no bloco, comparando o crescimento econômico do país nos últimos anos com os respectivos indicadores sociais nas áreas de educação, renda, saúde e tributária, ademais da própria atuação do Estado. O resultado desta pesquisa indica um crescimento econômico razoável do país, entretanto, ainda com escassas melhorias nos seus indicadores sociais.

Palavras-chave: desenvolvimento; pobreza; desigualdade; Paraguai.

Abstract

Poverty is often characterized as that which is below a fixed line corresponding to a monetary value. However, even if an individual, or their nuclear family, surpasses a minimum threshold, they may still not achieve a

dignified life including access to adequate healthcare, safe food, education, employment, culture, and social justice, among other factors that constitute the deprivation of individual freedoms as conceptualized by Amartya Sen or the human dignity advocated by Hinemann and Castells. The current process of modern economic development continues to celebrate GDP growth while disregarding the perpetuation of social inequalities. Therefore, the aim of this article is to observe the economic indicators of Mercosur, focusing on the position of Paraguay within the bloc, comparing economic growth in recent years in the country with respective social indicators in the areas of education, income, health, and taxation, as well as the role of the State itself. The findings of this research indicate reasonable economic growth in the country; however, improvements in its social indicators continue to be limited.

Keywords: development; poverty; inequality; Paraguay.

1. Introdução

O objetivo central deste artigo consiste em analisar de forma comparada os indicadores de desenvolvimento econômico e social do Paraguai, a fim de encontrar possíveis lacunas e possibilidades de aporte estratégico ao combate da pobreza no contexto do Mercosul.

Para tanto, o artigo resgata o conceito de pobreza, focando no acesso às liberdades individuais, à “dignidade” e à equidade social. A sociedade industrial, por muito tempo, considerou o crescimento econômico como um dos principais objetivos do desenvolvimento.¹ Contudo, apenas a vertente do crescimento econômico não é fator suficiente no debate sobre desenvolvimento, uma vez que não promove necessariamente o bem-estar social e muitas vezes tem-se demonstrado ecologicamente insustentável. No contexto latino-americano, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) foi uma importante instituição que abriu o debate acerca do subdesenvolvimento regional nos anos 1950, entretanto, ainda é imprescindível continuar explorando a temática a partir das singularidades regionais.

Espera-se que o leitor do presente trabalho compreenda as perspectivas teóricas acerca da pobreza, entenda o arranjo do Mercosul, com atenção ao Paraguai, além de assimilar o panorama econômico e social recente do Paraguai, captando outros fatores envolvidos no debate sobre a pobreza para além do viés econômico, como a área de residência, a etnia e o gênero.

Assim, após essa breve introdução, encaminha-se para uma apresentação metodológica da pesquisa, logo apresenta-se a revisão teórica sobre pobreza. Na quarta seção, são apresentados alguns dados secundários acerca da economia do Paraguai entre 2010 e 2019, comparando com os dados dos demais países

do Mercosul. Na quinta seção, examinam-se os indicadores sociais de saúde, educação, indicadores de pobreza e o índice de GINI especificamente do Paraguai, para analisar o panorama amplo do país. Finaliza-se com algumas considerações finais acerca da pesquisa e suas limitações.

A pesquisa revelou uma situação bastante discrepante do Paraguai na comparação com os países do Mercosul: os resultados apontam para um crescimento econômico expressivo, porém uma baixa complexidade econômica e escassos avanços nas esferas sociais. Explora-se como o local de moradia (rural ou urbano), o idioma falado e a etnia indígena influenciam na situação de pobreza e vulnerabilidade.

2. Metodologia

Esta é uma pesquisa do tipo exploratória, com o uso de dados mistos. A pesquisa e a análise foram indutivamente construídas a partir das particularidades dos temas gerais e interpretações significativas dos dados pelos pesquisadores.²

Destarte, na seção denominada “Pobreza e Desenvolvimento” apresenta-se uma revisão de literatura acerca da temática. Na exposição teórica, analisa-se os conceitos de pobreza enquanto privação dos direitos e liberdades individuais³ e não atrelada diretamente a um valor monetário, essa discussão foi realizada com outros autores.⁴ Esta seção é finalizada com uma breve contextualização histórica do desenvolvimento no Paraguai.

Na sequência, inicia-se a discussão acerca dos “Indicadores econômicos comparativos do Paraguai” com dados majoritariamente do Banco Mundial, com exceção para os dados tributários que foram obtidos na Subsecretaria de Estado de Tributação do Paraguai (SET). A maioria dos dados apresentados é desde 2010, entretanto alguns indicadores possuíam apenas dados mais recentes, o que não prejudica a análise, mas compromete a visão ampla do processo de crescimento econômico. O objetivo desta seção é aferir o crescimento econômico no Paraguai de 2010 a 2019. Para isso, optou-se por comparar os dados dos países que compõem o Mercado Comum do Sul (Mercosul),⁵ para compreender a posição deste país diante dos demais membros do bloco econômico.

Para a seção “Indicadores Sociais do Paraguai”, os dados são majoritariamente do Instituto Nacional de Estatística (INE), órgão responsável pelos censos nacionais do Paraguai. Os indicadores foram escolhidos com o intuito de apresentar o panorama geral da pobreza e dos acessos individuais à educação, à saúde, em diálogo com a teoria inicialmente trabalhada, além de demonstrar o papel do Estado no processo de desenvolvimento.

É importante salientar que o Paraguai é dividido em departamentos, sendo que comumente os departamentos de Alto Paraná e Boquerón não aparecem nas pesquisas estatísticas nacionais em função da concentração de desigualdade nessas regiões. Quando isso ocorre, há identificação nos gráficos e tabelas.

3. Pobreza e desenvolvimento

A partir da criação da ONU em 1945, emerge o conceito de violência estrutural, entrelaçado com as desigualdades sociais estruturais, tais como fome, ausência de moradia adequada, acesso ao tratamento de saúde e à educação, incitando o debate sobre o assunto. Hodiernamente, o Banco Mundial considera em situação de pobreza as pessoas que sobrevivem com menos de USD 2,15 por dia.⁶ Porém, esse índice não incorpora aspectos como: o acesso à educação, à saúde, a um emprego digno, e outros direitos básicos.

O debate sobre pobreza ultrapassa o aspecto monetário: como o poder de consumo das pessoas e famílias, a inflação precisa ser considerada na equação, assim como a diferença geográfica, como, por exemplo, entre o campo e a cidade.⁷ Desta forma, estabelecer uma única linha de pobreza nacional pode ser ineficaz em dimensionar as diferentes vulnerabilidades existentes.

Além disso, a pobreza deve ser compreendida como a privação das capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, ou seja, a pobreza não encontra na renda sua única variável; outros fatores, como o gênero, a idade e a localização geográfica influenciam na situação de vulnerabilidade social.⁸ “A pobreza é um exercício descritivo que avalia as dificuldades das pessoas em termos dos padrões prevalentes em uma sociedade”,⁹ isso significa que conforme o padrão da sociedade muda, o critério de definição de pobreza também deveria mudar, já que vai além de uma cesta básica de alimentos.

No caso paraguaio, por exemplo, nota-se uma forte vinculação da pobreza com a população da área rural, e nesta, àquelas que trabalham com a agricultura familiar.¹⁰ É importante destacar que a posição social e de pobreza analisada no relatório financiado pelo Banco Internacional de Desenvolvimento (BID),¹¹ permanece praticamente igual, conforme ver-se-á nas seções a seguir, reforçando a situação relativamente imutável de pobreza e desigualdade no Paraguai.

No livro de Amartya Sen, *Desenvolvimento como liberdade*,¹² a concepção de desenvolvimento considera a liberdade como fim primordial e principal meio para o desenvolvimento. Nesse conceito, as liberdades constitutivas devem ser enaltecidas, como o acesso à educação, à alimentação adequada, à vida digna, e agrega-se aqui o direito à etnicidade. O desenvolvimento, portanto, é entendido

como o processo de expansão das liberdades humanas, e sua avaliação precisa se basear nessa consideração.

As liberdades instrumentais são: 1) liberdades políticas, 2) facilidades econômicas, 3) oportunidades sociais, 4) garantias de transparência e 5) segurança protetora.¹³ Todas essas permitem às pessoas viverem mais livremente, mas também complementam umas às outras, portanto, a liberdade não é apenas o fim do desenvolvimento, mas o meio para atingi-lo. Desta forma, a democracia se constitui como componente importante nesse conceito, pois o caminho para garantir o direito às amplas liberdades coletivas é através da participação do coletivo.

Dito isso, complementa-se que a democracia na América Latina é bastante frágil. A situação no Paraguai não é distinta, considerando que o país passou por uma longa ditadura de 1954 a 1989 e por diversos golpes parlamentares, como o ocorrido em 2012 com a destituição do presidente Fernando Lugo.

Hinemann e Castells¹⁴ complementam Sen ao afirmarem que todos somos dignos de direitos, liberdades e justiça, reforçam que além de terem liberdade, os indivíduos precisam ter condições reais de conquistá-las. Nessa lógica, o Estado desempenha um papel importante, pois cabe a ele a distribuição da renda e/ou a facilitação de acesso às liberdades instrumentais, para os grupos mais vulneráveis. No caso, o Paraguai é o país que menos investe em gasto social, entre 1994 a 2009 gastou aproximadamente 9% do PIB nacional, enquanto os outros países do Mercosul investiram entre 18% e 23%,¹⁵ ato contínuo, em 2021 o nível continua assimétrico, o Paraguai investiu 10,3% enquanto a média do bloco foi de 14,45%.¹⁶

A propósito, cabe salientar que o Estado não é um ente único; é composto de grupos com interesses diversos que se aliam e competem em torno do poder. No caso paraguaio, além dos camponeses e movimentos sociais, existem os latifundiários, empresários entre outras categorias, que disputam espaço nas políticas públicas. Assim, compreender a realidade social é assimilar os conflitos existentes no âmbito do Estado.

As desigualdades sociais são premissas inerentes ao sistema capitalista, “o desenvolvimento ocorre num ambiente capitalista e, assim sendo, sempre haverá desigualdade, particularmente haverá quem lucra e quem usufrui dos resultados do desenvolvimento”.¹⁷ A classe burguesa acumula a mais-valia em função da exploração da força de trabalho alheia; esta, por sua vez, receberia a quantia necessária para prover seu sustento. Porém, cabe salientar que o mercado autorregulável neoliberal determina, com base na oferta e na demanda, o preço da força de trabalho, assim como qualquer outra mercadoria dentro do sistema.

O preço estipulado pela força de trabalho ofertada pode ser inferior ao necessário para sobrevivência, ainda que alguns países, como é o caso do Paraguai,

determinem o valor do salário mínimo para a população. Mas o que determina o mínimo para viver? O que é necessário para o sustento humano? Polanyi¹⁸ cita “A liberdade que a regulação cria é denunciada como não liberdade; a justiça, a liberdade e o bem-estar que ela oferece são descritos como camuflagem da escravidão”, no sentido de que esconde as mazelas sociais, mas não transforma a realidade.

Para a sobrevivência, consente-se que alimentos são fundamentais, mas também se requer saúde, educação, cultura, emprego digno, entre outras. Nesse sentido, o limite de 2,15 dólares como linearidade de definição de pobreza é incapaz de ilustrar a práxis social. Assim como, estipular um salário mínimo não garante a dignidade humana anteposta. Enquanto a classe burguesa tem a posse da terra e a garantia de acesso às liberdades instrumentais, o proletariado e os sem-terra permanecem à margem deste processo, perpetuando uma situação de marginalidade histórica, agravada pela escassa intervenção estatal, no caso paraguaio.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é o indicador que começou a comparar outras questões para além da linha monetária, como a) Expectativa de Vida; b) Média de Anos Escolares; c) Renda Nacional Bruta (RNB) per capita e d) Diferença entre a posição do RNB per capita e a posição no IDH. Nesse quesito, a Argentina ocupa a melhor posição no ranking, com 0,842, na sequência o Uruguai com 0,809, ambos na categoria de desenvolvimento muito elevado. O Brasil com 0,754 e o Paraguai com 0,717, nas categorias de desenvolvimento elevado.¹⁹

Entretanto, o Paraguai possui o pior indicador do bloco: “Diferença entre a posição do RNB per capita e a posição no IDH”, com (-10), o que significa que há uma discrepância entre a alta renda, mas desigualdade nos acessos à educação e demais indicadores de desenvolvimento, apontando para acentuadas desigualdades sociais.

Além disso, as questões étnicas são fontes de desigualdade social, faz parte da dominação a imposição de um idioma em detrimento de outro²⁰ e, no caso do Paraguai, o idioma guarani é assimilado com a falta de acesso às liberdades, mostrado no trecho a seguir:

A maior desigualdade cultural ocorre, então, entre os falantes do espanhol e do guarani. Na verdade, funciona um bilinguismo diglótico: duas línguas que coexistem com status diferenciado, sendo uma delas mais valorizada, o espanhol. O bilinguismo está ligado ao imaginário da mestiçagem, ao discurso nacionalista de uma nação unitária e uniforme que esconde a desigualdade das

línguas e exclui grupos étnicos e culturas indígenas não falantes do guaranis.²¹

Como bem explicado por Radomsky, “o desenvolvimento classifica as pessoas, os grupos e as regiões; promove a exotização das diferenças socioculturais ao mesmo tempo que as hierarquiza; cria realidades escalonadas”.²² Logo, o desenvolvimento nos moldes neoliberais hierarquiza e exclui determinadas culturas que seriam um entrave para seu curso.

Esse esboço da divisão de classes no Paraguai é um pouco distinto na capital Asunción e na região de fronteira com Foz do Iguaçu, onde se concentram majoritariamente as indústrias do país, e o setor de serviços é mais consolidado, em comparação ao restante do país que se baseia majoritariamente na produção agrícola. Na próxima seção, é detalhada a situação da economia no país, da empregabilidade, assim como da arrecadação tributária e de acesso à internet.

4. Indicadores econômicos comparativos do Paraguai

Na sequência, serão apresentados os dados econômicos do Paraguai entre 2010 e 2019 em comparação com o desenvolvimento econômico dos demais países do Mercosul desse período. Na balança comercial, observa-se um aumento considerável no montante de importações de 9,3 bilhões de guaranis em 2010 para 11,7 bilhões em 2019. As exportações aumentaram no período, entretanto a variação é menor, de 6,5 bi de guaranis em 2010 para 7,9 em 2019.²³

Contudo, ao atentar-se para o perfil das exportações, denota-se no Gráfico 1 a representatividade mínima de produtos de tecnologia ou de alto valor agregado, o que remonta à baixa complexidade econômica do Paraguai, assim como do Uruguai. O único país do Mercosul que se destaca neste quesito é o Brasil.

A política econômica do Paraguai se volta em grande medida à agricultura. Isso é demonstrado em sua agenda de exportações, onde os três produtos no topo da lista são 1. Grãos, 2. Energia elétrica, e 3. Carne bovina congelada.²⁴ Os principais destinos comerciais do Paraguai são China e Brasil, tanto para importação como para exportação.

A agenda econômica é reflexo histórico do país, principalmente do período de 1954 a 1989, quando o Paraguai viveu uma ditadura severa, nas mãos do General Alfredo Stroessner, o qual fomentou a venda de terras paraguaias para brasileiros, no que ficou conhecido como “marcha hacia el Este”. Esse movimento resultou na atual distribuição de terras, concentradas essencialmente nas mãos de latifundiários brasileiros, cultivadores de soja e trigo. Conforme relatório da Oxfam,²⁵ 90% da terra no Paraguai está nas mãos de aproximadamente

12.000 grandes proprietários, enquanto os outros 10% são divididos entre os outros 280.000 pequenos e médios produtores. Tal situação causa uma revolta entre a população campesina paraguaia sem acesso à terra e na ânsia por uma reforma agrária.

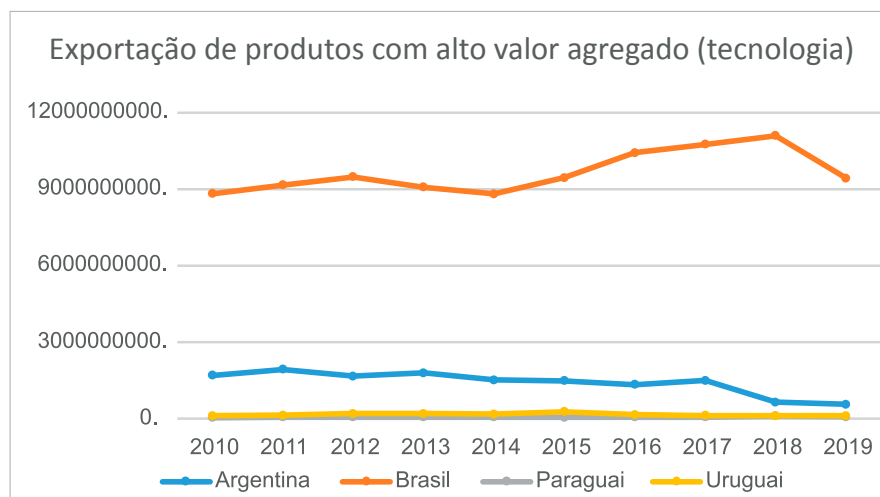


Gráfico 1: Valor de exportação de produtos de alta tecnologia. Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Mundial, 2021.

Outro elemento histórico importante na formação econômica do Paraguai é a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, juntamente com o Brasil, nos anos 1970. Localizada na fronteira de Ciudad del Este e Foz do Iguaçu (Brasil), a usina produz, além da energia, muitos empregos e financia projetos de desenvolvimento para a região. Além disso, o Paraguai não consome toda sua parcela da energia produzida, exportando o excedente exclusivamente para o Brasil por preço estipulado em acordo bilateral.

Em face disso, a agenda de exportação do país inclui bens de valor primário e energia elétrica, já a parte de importação engloba principalmente produtos de maior valor agregado. Buscando promover a industrialização no país, o Paraguai adotou um modelo de manufatura regulamentado pela Lei 1.064/97, denominada Lei de Maquila, posteriormente promulgada pelo Decreto 9.585/2000. O objetivo é atrair indústrias estrangeiras para realizarem a parte de manufatura no Paraguai; as indústrias se beneficiam pela baixa carga tributária e o baixo custo de energia, o país se beneficiaria pela chegada de tecnologia e geração de empregos.

No Gráfico 2, percebe-se que o Paraguai é o país do bloco mais dependente do comércio internacional na formação do seu PIB, seguido do Uruguai, Argentina e Brasil. Ressalta-se a redução de 77,5% em 2010 para 69,16% em 2019, uma variação de mais de 8%. Isso indica a ausência de mercado consumidor interno e a suscetibilidade às variações no cenário internacional. A Argentina tem

aumentado a proporção de importância do comércio internacional na formação do PIB, o que pode indicar uma queda no mercado consumidor interno.

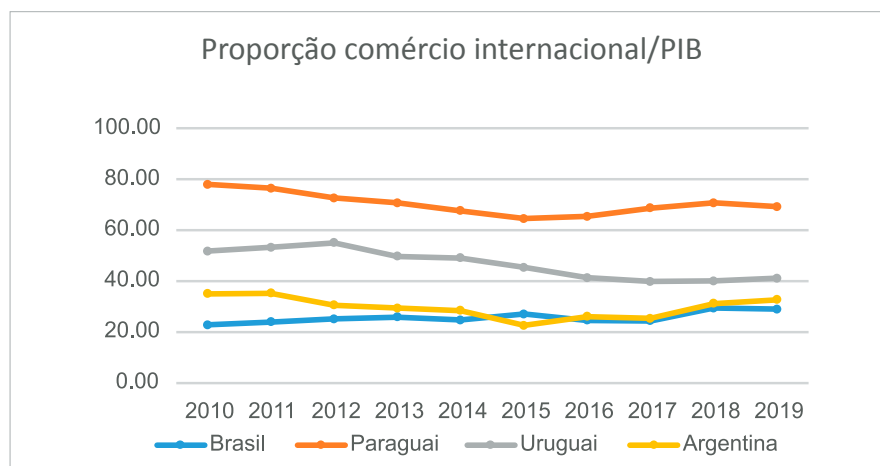


Gráfico 2: Importância do comércio internacional para a formação do PIB,²⁶ elaboração própria com dados do Banco Mundial, 2021.

As nações centrais buscam o aumento da mais-valia pelo desenvolvimento da capacidade produtiva, permitindo uma remuneração maior do trabalhador e este, por sua vez, consumindo as mercadorias nacionais. Já nas economias periféricas ocorre a superexploração da força de trabalho. Outrossim, as economias centrais têm poder para depreciar o valor dos bens primários ofertados pelos países periféricos no mercado global, reduzindo o custo de produção e permitindo a longo prazo aos capitalistas aumentarem os salários da força de trabalho – sem reduzir os lucros – majorando o poder aquisitivo dos trabalhadores e gerando um grande mercado consumidor interno.²⁷ Nas nações periféricas, o trabalho é sub-remunerado, e estas não possuem condições materiais para consumirem materiais de tecnologia e/ou alto valor agregado.

O consumo individual dos trabalhadores representa um elemento decisivo na criação de demanda para mercadorias produzidas, sendo uma das condições para que o fluxo da produção se resolva adequadamente no fluxo da circulação. Por meio da mediação que se estabelece pela luta entre os operários e os patrões em torno da fixação do nível dos salários, os dois tipos de consumo do operário tendem assim a se complementar no curso do ciclo do capital, superando a situação inicial de oposição em que se encontravam. Essa é, ademais, uma das razões pelas quais a dinâmica do sistema tende a se canalizar por meio da mais-valia relativa, que implica, em última instância, o barateamento das mercadorias que entram na composição do consumo individual do trabalhador.²⁸

Além disso, quando uma economia é voltada “para fora”, “a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem

se preocupar em criar condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo”.²⁹

O poder aquisitivo está em certa medida representado no Gráfico 3, que compara o PIB per capita entre os países do Mercosul. Percebe-se que o Paraguai possui o menor PIB per capita do bloco, indicando um baixo nível de desenvolvimento econômico.

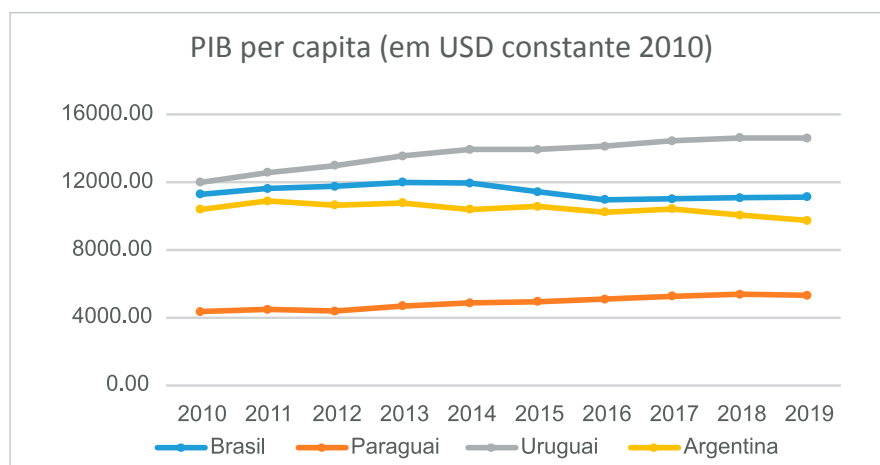


Gráfico 3: PIB per capita, elaboração própria com dados do Banco Mundial, 2021.

Para Lewis,³⁰ o problema central do desenvolvimento econômico é que “a distribuição do rendimento se altera em benefício da classe poupadora”. A poupança, por sua vez, é mais significativa naqueles países em que há capital, assim os países subdesenvolvidos dificilmente conseguem atingir um nível de poupança necessário para o desenvolvimento industrial, criando um círculo vicioso. O que acontece nestas economias é que elas podem importar seus capitalistas do exterior.

No caso paraguaio, a formação da poupança nacional não é fomentada pelo Estado, não há nenhum mecanismo de poupança forçada, comumente adotado em outros países, como o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) no Brasil. Isso conforma uma constante necessidade de atrair IED (Investimento Estrangeiro Direto) ao invés de fortalecer um mercado interno consumidor.

O Gráfico 4 apresenta a arrecadação nacional com tributos com dados da Secretaria de Tributação (SET) do Paraguai. Assinala-se que o Paraguai é o país com menor arrecadação de contribuição social, conforme será explorado na próxima seção, e com uma carga tributária bastante baixa (Gráfico 4) se comparado ao Brasil e à Argentina. A média da carga tributária na América Latina é de 22,9%³¹ e no Paraguai a pressão tributária equivale a menos de 10% do PIB (Gráfico 4). Esse indicador é importante, pois quanto menor a arrecadação, menor é sua possibilidade de investir em programas estratégicos estatais.

Outrossim, os impostos incidentes sobre a folha de pagamento em todos os países do bloco têm indicadores estáveis no período de 2013 a 2019, o Brasil com 40%, a Argentina 30%, o Uruguai 19% e o Paraguai com 16%.³² A invariabilidade destes indicadores pode estar relacionada às dificuldades burocráticas para promulgar mudanças nas legislações trabalhistas. Neste aspecto, os baixos valores de impostos incidentes sobre a folha de pagamento no Paraguai reforçam a motivação para a atração de empresas para o regime de maquila.³³

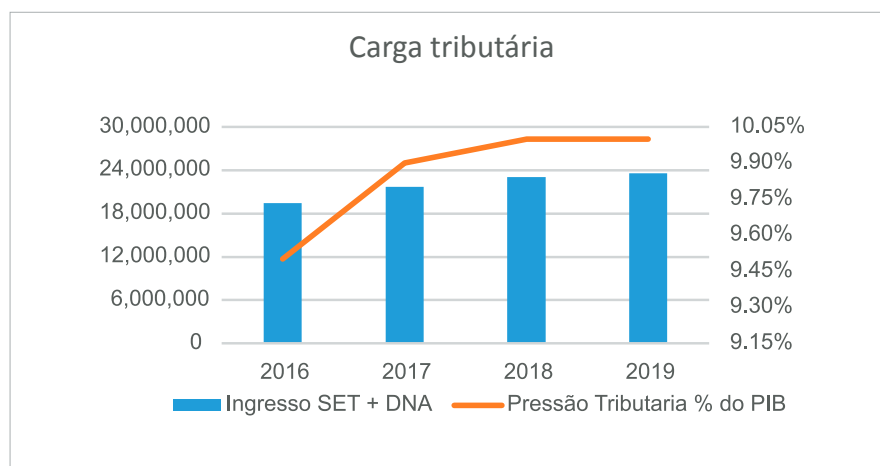


Gráfico 4: Ingresso total em dólares e carga tributária em percentagem do PIB, elaboração própria com dados do SET, 2021.

As economias de enclaves se inserem no sistema global sem integração efetiva da empresa com a economia nacional e nem garantia de desenvolvimento – pelo menos imediato – ao país,³⁴ como é o caso das maquilas no Paraguai. De modo geral, o agravante para a classe trabalhadora da América Latina é a existência de uma grande disponibilidade de força de trabalho não especializada, acarretando baixos salários. Isso é possível porque os países periféricos não dependem de um mercado interno, o seu ganho advém majoritariamente das trocas comerciais com os centros.

Outro indicador analisado refere-se à dívida pública do país com organismos, bancos e instituições financeiras internacionais. Ainda que o valor da dívida pública total do Paraguai aumentou cerca de 30% nos últimos anos,³⁵ a percentagem relativa à reserva nacional (Gráfico 5) reduziu, o que é um bom indicativo econômico. Neste indicador, não houve dados do Uruguai. Destaca-se o crescimento da dívida da Argentina.

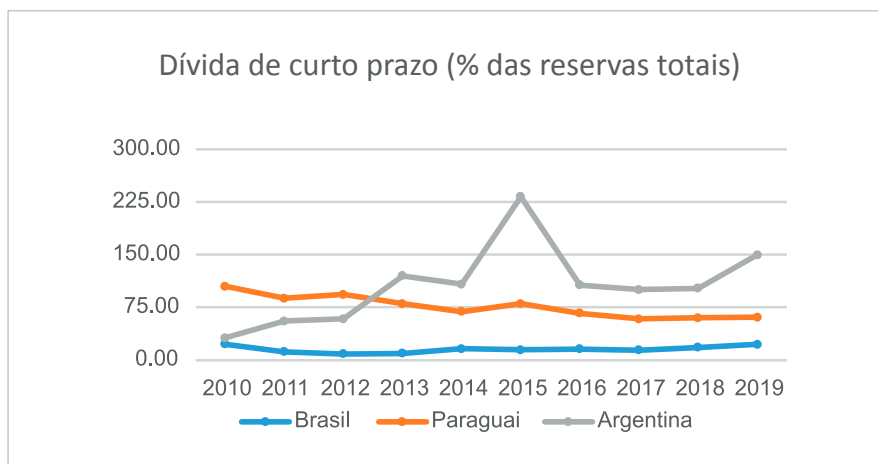


Gráfico 5: Percentagem da dívida de curto prazo com relação às reservas disponíveis,³⁶ elaboração própria com dados do Banco Mundial, 2021.

A dívida externa é algo padrão nos países periféricos, considerando que muitos empréstimos para infraestrutura nacional no período pós-Guerras foram feitos com dinheiro e intervenção de bancos internacionais. O gerenciamento das dívidas externas se dá através do pagamento dos juros.

O índice de inflação (Gráfico 6) indica que a Argentina está passando por um processo econômico crítico, já que esse indicador está em alta e acima de 50%. O Paraguai possui o menor índice, com uma média no período de 3,55%, retratando uma situação de estabilidade econômica, sem muita volatilidade nos preços gerais. A baixa inflação é um atrativo para investidores, principalmente empresários, que podem comprar insumos e pagar salários com maior previsibilidade.

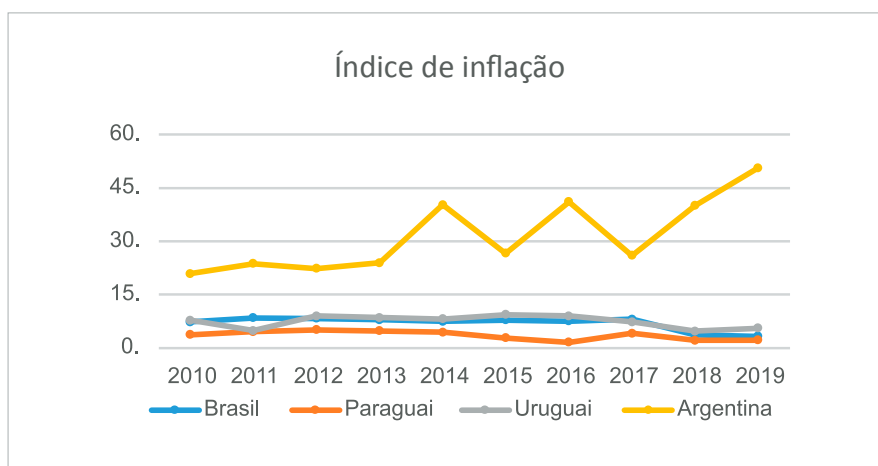


Gráfico 6: Índice de inflação calculado pelo PIB deflacionado,³⁷ elaboração própria com dados do Banco Mundial, 2021.

Por outro lado, a taxa de desemprego aumentou em todos os países (Gráfico 7). A Argentina novamente apresenta um indicador alto, o que corrobora com a possibilidade de uma instabilidade econômica nacional. O Paraguai possui uma baixa taxa de desemprego; entretanto, nesse indicador seria necessário verificar o perfil de emprego de cada país, já que a economia paraguaia se baseia na produção primária, ou seja, o perfil empregatício pode ser com salários menores.

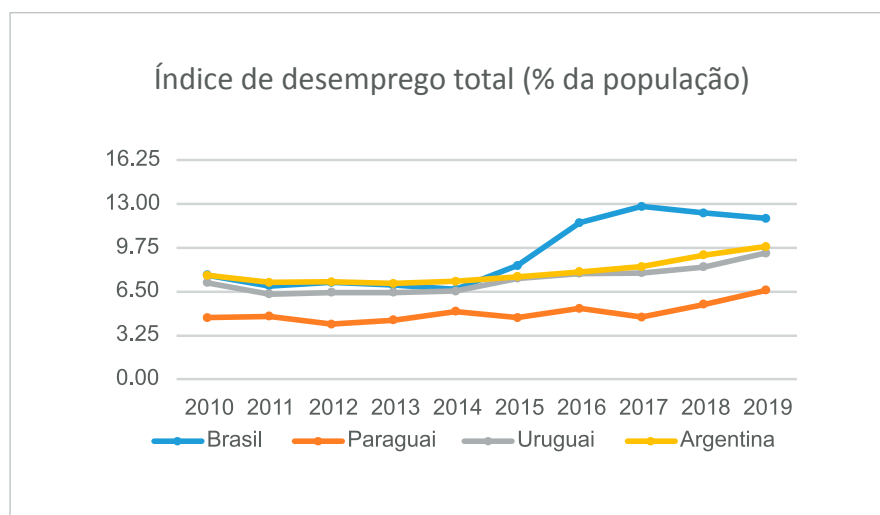


Gráfico 7: Taxa de desemprego geral, elaboração própria com dados do Banco Mundial, 2021.

O perfil empregatício rural se torna mais evidente quando se analisa a população de cada país. O Paraguai chama atenção pelo alto número de pessoas morando nas áreas rurais (Gráfico 8). Nesse sentido, ratifica-se o exposto anteriormente sobre o baixo índice de desemprego, possivelmente associado ao trabalho no campo. Todos os países apresentaram redução na população rural, ainda que mais modesta em alguns casos.

Porém, sobre o emprego rural, cabe ressaltar um aspecto das últimas décadas no Paraguai. O censo nacional identificou que a parcela campesina de produção de pequenas áreas reduziu significativamente. Subjacentemente, a produção em grandes áreas aumentou;³⁸ isso mostra que a produção agrícola extensiva tem se fortalecido enquanto os pequenos produtores perdem cada vez mais espaço. Aponta-se, ainda, que a maior parte dos grandes latifundiários são estrangeiros – e majoritariamente brasileiros.³⁹

Desta forma, Galeano⁴⁰ indica que a forma que os campesinos têm encontrado para sobreviver é a complementação salarial por trabalhos externos, explica que os homens procuram trabalhos na construção civil e as mulheres em atividades no setor de serviços e comércio. Outra tendência identificada pelo autor é a migração de jovens ao exterior, principalmente para a Europa.

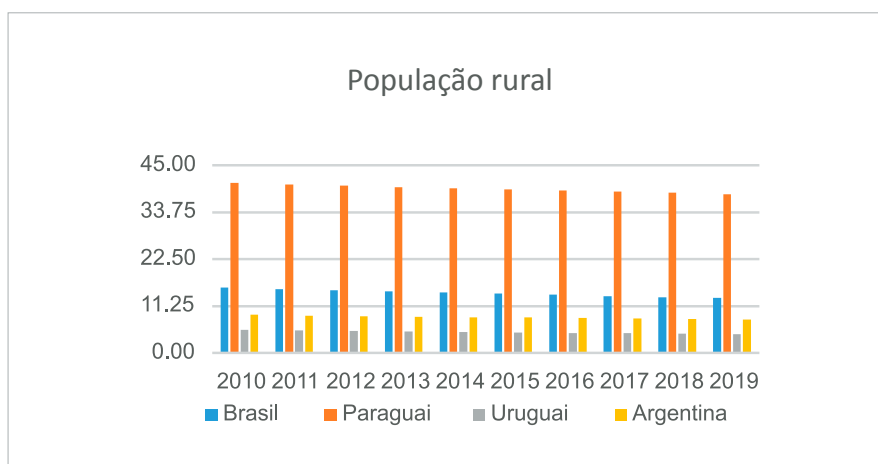


Gráfico 8: Percentagem da população nacional vivendo na área rural, elaboração própria com dados do Banco Mundial, 2021.

O Paraguai é o país com pior indicador do bloco na quantidade de indivíduos com acesso à internet, sendo que, em 2017, 61,1% da população do país tinha acesso, enquanto, no Brasil, 67,5% tinha acesso; no Uruguai, 70,3%; e, na Argentina, 74,3%.⁴¹ Esse é um indicador relevante de desigualdade, já que atualmente a conexão é necessária para inclusão social e educacional, principalmente no cenário de pandemia COVID-19 e posterior.

Revelou-se, portanto, que o Paraguai é um país de baixa complexidade econômica, sendo que sua agenda de exportação se concentra majoritariamente em bens primários e energia elétrica. Contudo, houve crescimento econômico nos últimos anos, evidenciado pelo aumento do comércio internacional e do PIB nacional, ainda que, quando comparado aos demais países do bloco, os valores sejam pequenos.

Porém, o país conta com uma grande parcela da população vivendo em área rural, com salários menores, como ver-se-á adiante. Apesar de ser o país com menor desemprego e também baixos índices de inflação, os empregos gerados são de baixa especialização, sendo incapazes de gerar um mercado consumidor interno forte. A estabilidade econômica é, no entanto, um chamariz para o IED.

Por outro lado, identificou-se nesta seção que a carga tributária, ou seja, a arrecadação do Estado com impostos e contribuição social, é diminuta. Assim, o valor disponível para investimento estatal é menor. Sinaliza-se que a questão tecnológica, de acesso à internet, é deficitária no Paraguai com relação aos demais países do bloco, culminando na ausência de uma liberdade importante atualmente, do acesso à informação, considerando que principalmente as populações rurais tendem a ter maior dificuldade de acesso, situação agravada durante e pós-pandemia COVID-19.

Neste sentido, a análise econômica aponta para a necessidade de políticas que promovam a nacionalização do capital, incentivo para a incorporação de tecnologias e a revisão da carga tributária nacional. O perfil agrícola extensivo e de monocultura gera poucos empregos e tem um impacto negativo no meio ambiente, além disso, é incapaz de desencadear por si só *spillovers*, uma vez que a concentração de terras e de capital é restrita a um pequeno grupo de latifundiários – essencialmente estrangeiros – que incorporam pouco dos lucros na região.

5. Indicadores sociais do Paraguai

Na seção anterior, foram explorados os dados econômicos do Paraguai, demonstrando que houve um crescimento econômico, mas que comparativamente aos demais países do Mercosul o país possui uma posição de indicadores inferiores em muitos aspectos. Na sequência, serão analisados os indicadores sociais de 2016 a 2019 do país.

Um ponto importante para ser incluído nessa análise é o idioma guarani: o país possui o idioma como língua oficial da nação e esse fator se conecta diretamente com as desigualdades no país. Conforme descrito no Gráfico 9, a maioria da população, 70%, fala guarani, sendo que aproximadamente 30% da população fala apenas guarani e não espanhol. Isto é de extrema relevância, pois o acesso às políticas públicas é predominantemente na língua espanhola, aumentando a brecha de desigualdade social.

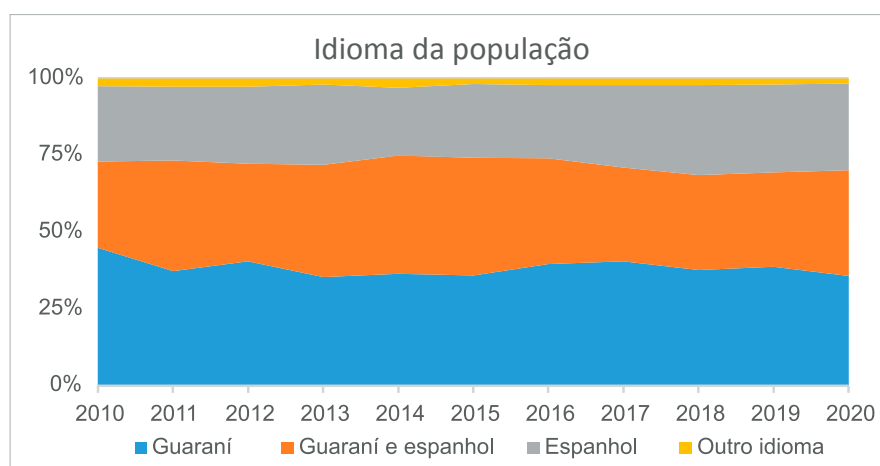


Gráfico 9: Idioma falado pela população em percentagem, elaboração própria com dados do INE, 2022.

Por não ser a língua do ocidente, o idioma guarani – assim como idiomas originários em outros países – é associado por alguns com o atraso cultural, empecilho para o desenvolvimento científico e econômico, resultado visto nas estatísticas oficiais do país, onde o idioma guarani aparece nas classes mais baixas. “La mortalidad infantil en áreas rurales o en guaranihablantes duplica y triplica la tasa nacional”.⁴² No mesmo sentido, o mesmo relatório aponta:

O acesso aos serviços de saúde para homens urbanos, ricos e de língua espanhola quadruplica o das mulheres rurais, pobres e de língua guarani. Ou seja, aqueles que sofrem com a soma destas desigualdades negativas têm um quarto das oportunidades de exercer o seu direito à saúde do que aqueles do primeiro grupo.⁴³

O idioma guarani repercute no acesso à saúde e nos índices de mortalidade infantil; igualmente é notado na hierarquia social. O relatório do PNUD aponta que, quando um líder de um grupo de idioma guarani se relaciona com uma instância superior, usualmente adota o espanhol, língua em que não possui o mesmo domínio e fluidez quanto no guarani, ainda que esse seja também idioma oficial.⁴⁴

Os falantes de guarani também enfrentam desigualdades na esfera judicial. O relatório do PNUD⁴⁵ aponta que 33% da população de idioma espanhol têm a sensação de desigualdade no aspecto legal; na população de idioma guarani, esse indicador vai para 48%, o segundo maior indicador está nos indivíduos que moram na área rural. A percepção de desigualdade frente à justiça se dá em primeiro lugar pela carência financeira para contratar um bom advogado e os custos incorridos no processo, conforme relatório do PNUD⁴⁶ e em função da corrupção e influência política na justiça (ou injustiça).

No aspecto econômico, a etnia também influencia diretamente – conforme a Tabela 1: quando se observa a distribuição de renda, as diferenças são maiores na população indígena, ainda que o nível de instrução seja igual.

Na Tabela 1, abaixo, entende-se como setor primário: a agricultura, a caça, a pesca e a pecuária; o setor secundário engloba atividades industriais, construção civil, mineradora e pedreira; já o setor terciário atende o ramo de serviço, energia elétrica, transporte, comunicação, bancários etc. O ano de 2016 foi escolhido por ser o único que tem informações detalhadas acerca da população indígena, não havendo dados mais recentes com essa especificação.

Média de ingresso mensal (em milhões de guaranis) da população indígena ocupada por anos de estudo. 2016					Média de ingresso mensal (em milhões de guaranis) da população geral ocupada por anos de estudo, segundo área de residência. 2016					
Sexo e setor econômico	Total	Anos de estudo			Residência e setor econômico	Total	Sem instrução	Anos de estudo		
		Sem instrução	1 a 6 anos	7 a 18 anos				1 a 6 anos	7 a 12 anos	13 a 18 anos
Total	964	590	959	1.299	Total país	2.203	916	1.513	2.022	3.568
Primário	744	549	789	938	Primário	1.502	860	1.177	2.015	5.675
Secundário	1.340	589	1.381	1.520	Secundário	2.150	1.064	1.794	2.116	3.355
Terciário	1.283	1.045	1.070	1.560	Terciário	2.417	971	1.654	1.985	3.535
Homens	1.088	692	1.085	1.400	Urbana	2.520	1.089	1.754	2.118	3.677
Primário	867	655	906	1.051	Primário	2.708	(*)	1.107	4.201	6.932
Secundário	1.661	1.011	1.657	1.803	Secundário	2.279	(*)	1.931	2.133	3.515
Terciário	1.454	1.152	1.221	1.686	Terciário	2.581	1.087	1.749	2.062	3.652
Mulheres	663	404	630	1.030	Rural	1.592	847	1.313	1.771	2.853
Primário	281	304	272	236	Primário	1.359	876	1.184	1.699	4.746
Secundário	687	322	756	795	Secundário	1.831	(*)	1.585	2.066	2.298
Terciário	1.098	987	934	1.369	Terciário	1.772	778	1.454	1.672	2.675

Tabela 1: Comparação de receita média entre indígenas e geral, elaboração própria com dados INE, 2016. (*) Dados amostrais abaixo de 30 casos.

Ainda sobre a Tabela 1, do lado esquerdo, nota-se a diferença na renda relacionada ao gênero entre os indígenas, evidenciando mais um fator a ser considerado na discussão de acesso às liberdades. O homem recebe aproximadamente 40% a mais do que a mulher indígena (comparação dos valores totais). Quando se compara a renda da população geral e da população indígena, ela é significativamente menor na população indígena.

Ratifica-se que, quanto maior a escolaridade, maior é a diferença na renda da população geral e da população indígena, confirmando novamente o fator étnico como fator de desigualdade, item não considerado nas medições de IDH ou PIB nacional. A taxa de analfabetismo no Paraguai é superior entre as mulheres e principalmente entre as mulheres do campo. A taxa de analfabetismo no ano de 2016, é aproximadamente três vezes maior na área rural em relação à área urbana.

A vertente de gênero já havia sido apontada por outros pesquisadores, como é o caso de Verónica Serafii Geoghegan,⁴⁷ a qual faz um levantamento pelos dados do Censo de 2013, identificando as mulheres como mais vulneráveis economicamente e, entre as mulheres, pontua que as residentes na área rural possuem uma situação de desigualdade mais acentuada. Destarte, a questão de gênero se relaciona para além da desigualdade econômica, como uma questão cultural e ideológica.⁴⁸

Taxa de analfabetismo por região de 2016 a 2019				
Área de residência e gênero	Ano			
	2016	2017	2018	2019
Total país*	5,65	5,4	5,7	6,2
Homens	3,1	4,7	5,0	5,5
Mulheres	10,01	6,1	6,4	6,9
Urbana		3,3	3,6	3,8
Homens	2,39	2,6	3,1	3,1
Mulheres	3,76	3,9	4,1	4,5
Rural		9,0	9,4	10,4
Homens	8,49	8,0	8,2	9,3
Mulheres	11,66	10,1	10,8	11,5

Tabela 2: Taxa de analfabetismo (%), elaboração própria com dados do INE, 2021. *Não contém dados do Boquerón e Alto Paraná.

A diferença de escolarização no meio rural é deficitária quando comparada ao meio urbano (Tabela 2). Isso é agravado quando se recorda que, na seção anterior, foram identificados mais de 40% da população como rural; isso implica diretamente na renda e no acesso a um emprego digno e nas demais liberdades do indivíduo, situação agravada no caso de ser mulher. Outrossim, a taxa de analfabetismo teve uma queda de 2016 para 2017, mas na sequência aumentou, indo na contramão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e sendo mais um fator de iniquidade no país.

É importante avaliar como esse cenário irá ficar após a pandemia, considerando que, na seção anterior, apontou-se que o Paraguai era o país com maior desigualdade no que tange ao acesso à informação por meio digital, ou seja, do acesso à internet e, durante a pandemia, esse foi o principal mecanismo adotado para a continuidade do ensino formal.

Taxa de alfabetização				População com pelo menos uma parte do ensino secundário	Taxa de abandono escolar no ensino primário	Rácio de alunos por professor no ensino primário	Despesa pública com educação (% do PIB)
	Adultos 15+	Jovens (% entre 15-24 anos)”					
		Feminino	Masculino				
Argentina	97,9	99,4	99,1	56,9	2,9	16	5,1
Uruguai	98,4	99,3	98,6	52,5	5,3	14	4,4
Brasil	91,3	99,0	98,2	53,6	19,4	21	5,8
Paraguai	93,9	98,7	98,5	38,8	19,9	22	5,0

Tabela 3: Taxa de alfabetização por país em 2015, elaboração própria com dados PNUD, 2015.

Uma série de informações fica evidente na Tabela 3, nota-se que em todos os países o gênero feminino possui melhor desempenho. Isso possivelmente ocorre em função da maior propensão do gênero masculino em desempenhar atividades braçais, de força, trabalhos que culturalmente se destinam aos homens, principalmente em atividades econômicas familiares.

Verifica-se que o Uruguai é o país com menor investimento em educação; contudo, seus indicadores são melhores aos indicadores dos demais países, o que indica, a priori, uma cultura voltada para políticas para a educação. O Brasil, apesar de ser o que mais investe em educação, possui a menor taxa de alfabetização do grupo; seria necessário verificar se os investimentos têm destino voltado para a educação superior.

Chama atenção o nível de abandono escolar no ensino primário no Brasil e no Paraguai, os mais elevados do bloco, em consonância com o alto número de estudantes por turma no ensino primário. Igualmente, nota-se que apenas 38% da população paraguaia conta com pelo menos uma parte do ensino secundário, muito abaixo dos demais países do bloco, o que ressalta o levantamento anterior, de que os empregos gerados no país são de baixa qualificação.

A continuação, em 2019 o valor de referência do Paraguai para a população em extrema pobreza era de 266.754 milhões de guaranis, o que equivale a aproximadamente R\$202,00⁴⁹ e 699.634 milhões de guaranis para a população em situação de pobreza, ou o equivalente a aproximadamente R\$529,00.

De acordo com o INE, em 2019, a população paraguaia considerada em situação de pobreza, representava 23,5% do total, o que representava em torno de 1 milhão 657 mil pessoas em lugares cujo o ingresso per capita é inferior ao custo de uma cesta básica de alimentos no valor estimado do ano.

Indicadores de pobreza da população segundo área de residência				
Área de residência e indicador	Ano			
	2016	2017	2018	2019
Total país ^{1/}				
População em situação de pobreza (total) (%)	28,9	26,4	24,2	23,5
População em situação de pobreza extrema (%)	5,7	4,4	4,8	4,0
Urbana				
População em situação de pobreza (total) (%)	21,9	20,2	17,8	17,5
População em situação de pobreza extrema (%)	1,6	1,5	1,6	1,8
Rural				
População em situação de pobreza (total) (%)	39,7	36,2	34,6	33,4
População em situação de pobreza extrema (%)	12,2	9,0	10,0	7,8

Tabela 4: População pobre conforme área de residência.

Fonte: elaboração própria com dados DGEEC, 2020.

Por mais que apareça uma redução nos indicadores de pobreza, conforme apresentado na Tabela 4,⁵⁰ estes indicadores consideram apenas os fatores econômicos e não levam em conta outros fatores supracitados, igualmente importantes para a manutenção de uma vida digna, como o acesso a saúde e educação de qualidade. Além disso, denota-se, na Tabela 5, uma variação 4 vezes maior no índice de pobreza de Caazapá com relação à Asunción, o que demonstra o fator geográfico como importante na concepção de desigualdade. Adicionalmente, nota-se que o indicador de pobreza na zona rural é praticamente o dobro da zona urbana e a pobreza extrema é sete vezes maior na rural que na urbana.

O índice Gini⁵¹ mede o nível de concentração existente na distribuição de renda da população e o Gini Codificação superior (suavização), também conhecido como coeficiente de Gini suavizado,⁵² é usado quando os dados mostram alta volatilidade no percentil maior de distribuição de renda. O Gráfico 10 indica uma melhoria, com o indicador passando de 0,482 em 2016 para 0,437 em 2020.

Porém, quando se observa o Gini por departamento no ano de 2017, de acordo com a Tabela 5, não é possível traçar uma relação direta do Gini com a situação de pobreza. Por exemplo, Caazapá, que possui o valor maior para pobreza (47,00), tem um indicador Gini menor (0,4675) do que Asunción (0,5916), podendo indicar uma homogeneização da situação de pobreza, ou seja, não há desigualdade exacerbada, uma vez que toda a região tende à pobreza.

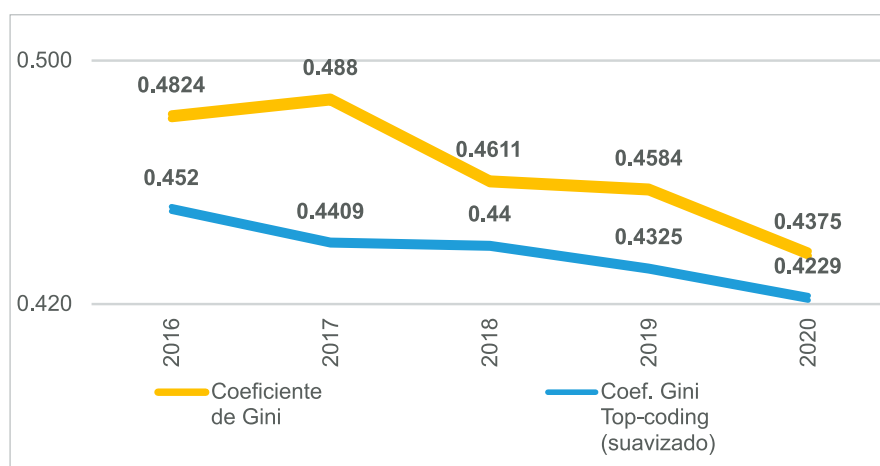


Gráfico 10: Índice Gini do Paraguai, elaboração própria com dados do INE, 2021.

Departamento	Gini	Índice de pobreza total
	2017	2017
Asunción	0,5916	11,60
Boquerón	0,5907	21,50
Caaguazú	0,5832	43,70
Canindeyú	0,5349	38,00
Pdte. Hayes	0,5220	28,50
San Pedro	0,5149	43,60
Alto Paraguay	0,5020	46,50
Misiones	0,4716	27,50
Itapúa	0,4695	33,20
Caazapá	0,4675	47,00
Alto Paraná	0,4664	21,40
Paraguarí	0,4451	35,80
Ñeembucú	0,4346	24,20
Amambay	0,4295	15,20
Concepción	0,4229	44,00
Guairá	0,4212	33,90
Cordillera	0,3976	26,90
Central	0,3645	16,20

Tabela 5: Comparação do Índice Gini e Índice de Pobreza (em %) conforme localização, elaboração própria com dados INE, 2017.

A situação de pobreza, ainda que bastante grave em alguns departamentos, mostrou melhoria nos anos recentes. O estudo de Galeano⁵³ traz dados acerca da pobreza especificamente em Caaguazú e Concepción. Segundo o autor, em 2006 no departamento de Caaguazú, a situação de pobreza alcançava 72% das famílias; se comparar com 2017, há uma redução de quase 10% na situação de pobreza geral. Para o departamento de Concepción, a pobreza total abarcava 57% da população em 2006, enquanto em 2017 o indicador aponta para 44%. Na mesma obra, destaca que os departamentos mais vulneráveis são Concepción, Caaguazú, San Pedro y Caazapá,⁵⁴ o que permanece inalterado se observado a situação exposta na Tabela 5.

Adicionalmente, 10% da população do país concentra praticamente 40% da renda total, enquanto 30% da população mais pobre não soma 10% da renda,⁵⁵ reforçando novamente o cenário de distribuição desigual de renda.

Esmiuçando os dados do Paraguai, nota-se uma diferença significativa no acesso à educação, à saúde, à justiça e à renda conforme a localização geográfica; as populações indígenas e rurais acumulam maiores indicadores de vulnerabilidade em comparação com a população urbana e principalmente com a população próxima à capital Asunción. Tais diferenças reforçam o exposto por Sen, Hinemann e Castells na seção anterior: não é apenas o aumento da renda per capita que conta quando o assunto é igualdade de direitos e liberdades; outros pontos precisam ser considerados.

Na primeira seção, dissertou-se sobre a importância do Estado em promover mecanismos de distribuição de renda e de outras liberdades constitutivas do indivíduo. No caso do Paraguai, analisando os dados de 2015 a 2018, verifica-se que o gasto social do governo permanece próximo a 10% do PIB, com um aumento de 2015 (8,02%) para 2018 (8,94%) e 2021 (10,3%).

Ainda que se vislumbre um aumento no gasto social em relação ao PIB, o cenário é diferente quando se analisa o panorama da educação (Gráfico 11). Ademais de se notar uma redução de 2012 para 2016, o valor investido é muito inferior aos demais países do bloco. No ano de 2021, houve uma melhora com investimento de 5% do PIB, muito próximo aos valores investidos nos demais países do bloco.

Com relação à saúde, a situação não é muito distinta da esfera educacional. O Paraguai é o país do Mercosul com menor investimento em saúde, apresentando uma redução na porcentagem do PIB investido nos anos recentes, com 3,03% em 2017 e 2,91% em 2018. O Uruguai e o Brasil estão muito próximos no quantitativo de investimento, na casa dos 6%.⁵⁶ Assinala-se que, no Paraguai, o sistema de saúde é fundamentalmente privado.

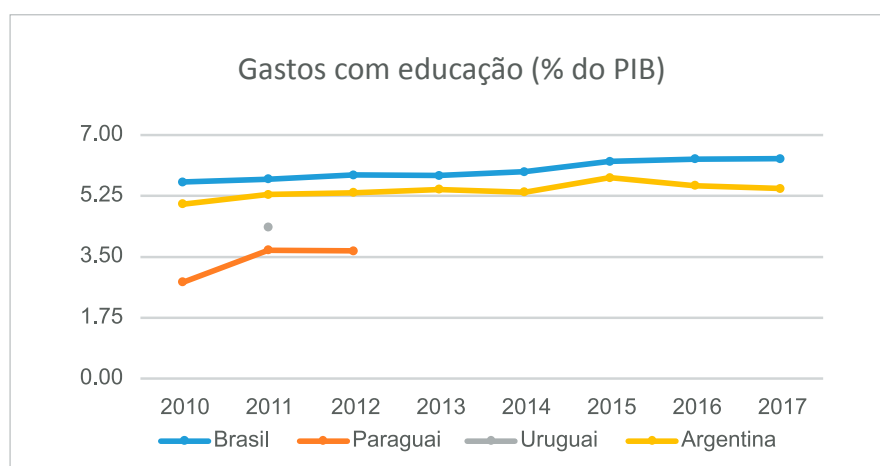


Gráfico 11: Gasto do governo com educação em porcentagem do PIB, elaboração própria com dados do Banco Mundial, 2021.

Ainda sobre a saúde, Paraguai está entre os piores países no indicador referente ao número de leitos por habitante (0,8) na América do Sul, sendo que Argentina tem 5, Uruguai 2,4 e Brasil 2,1.⁵⁷

Nesse sentido, o crescimento econômico no Paraguai foi propulsado por capital privado, com direcionamento limitado do Estado,⁵⁸ repercutindo no modelo de desenvolvimento, que desencadeia problemáticas ambientais, sociais e culturais.

Pode-se identificar, até o momento, que o Paraguai é um país com bastantes desigualdades sociais, agravadas a depender da região e piores a depender do gênero, da área de residência e da língua materna. A situação é agravada pela baixa intervenção do Estado em áreas estratégicas, como saúde e educação, considerando que as pessoas com maior dificuldade econômica têm sua situação de vulnerabilidade acentuada.

A questão tributária no Paraguai é um ponto inflamado no país, em função da pressão de classes sociais de estratos mais elevados em não aumentar a tributação. Entretanto, identifica-se que o país possui a menor tributação relativa no bloco, interferindo diretamente na renda do Estado e consequentemente no investimento social.

Por fim, cabe destacar o impacto do modelo sojeiro (maior produto da balança comercial do país) para a arrecadação tributária do Estado. A soja, que correspondeu aproximadamente por 40% das exportações do país, retribuiu apenas 1,6% do total de impostos arrecadados em 2019 e 1,8% em 2020.⁵⁹ Esse valor ínfimo de arrecadação se dá em função dos benefícios fiscais dos que o setor agrícola dispõe, como desconto em combustíveis e em outros impostos.⁶⁰

A questão tributária no Paraguai é outro dilema. Apenas em 2013 foi estipulado um imposto sobre a renda de pessoas físicas, mas ainda bastante contraditório, já que o imposto é de 10% para aqueles que recebem mais de 120 vezes o valor

do salário mínimo por ano e de 8% para quem recebe menos. Estão isentas as pessoas que recebem menos que o equivalente a 36 vezes o valor do salário mínimo por ano.

Há pesquisas que apontam para outros modelos produtivos para o país, com um foco para o desenvolvimento sustentável (social, ambiental e econômico), requerendo uma atuação mais ativa, com políticas públicas de fomento estatal.⁶¹

Ainda que o problema da desigualdade não seja exclusivo do Paraguai, nesta localidade ela é acentuada, conforme verificou-se na comparação com o Mercosul. Isso se remonta ao modelo econômico adotado, voltado para a produção de soja, energia e recentemente para a maquila, todos altamente dependentes do mercado externo, principalmente brasileiro. Desta forma, sem políticas ativas para fomentar outros setores econômicos e promover a endogenização do capital, a situação se prolongará.

6. Considerações finais

Partindo-se da compreensão de que o tema da pobreza é um assunto complexo e multidimensional, que além da sua vertente financeira, envolve também a liberdade do acesso à educação, saúde, cultura, alimentação e civilidade, entre outras, percebe-se claramente que a análise do desenvolvimento de um país não pode apenas considerar seus aspectos econômicos para dimensionar sua perspectiva de desenvolvimento social.

No caso do Paraguai, observa-se no período analisado que houve um aumento real da balança comercial e do PIB per capita; entretanto, não houve melhorias significativas nas liberdades individuais, como a alfabetização. Pelo contrário, observou-se que as desigualdades sociais se acentuaram conforme a região e principalmente nas áreas rurais, onde há uma concentração de aproximadamente 40% da população do país.

O que se nota no caso estudado é uma economia voltada para a agricultura extensiva, que gera poucos empregos e baixas remunerações, portanto, incapaz de mudar a situação de desigualdade, apenas acentuá-la. O regime de maquila é um mecanismo de geração de empregos urbanos, contudo de baixa especialização e com baixos salários.

A forma de buscar compensar essas desigualdades e promover acesso às liberdades supracitadas seria através da intervenção estatal, com políticas públicas para outros setores econômicos e por meio do aumento dos impostos e inversão para os grupos vulneráveis, através do investimento na educação, por exemplo, o que pode promover uma alteração futura na ordem social. Contudo, como exposto no final da última seção, o Paraguai investe por volta de 10% do seu

PIB em programas sociais, englobando saúde, educação, esporte e alimentação, entre outros. A dificuldade em se concretizar isso frequentemente se dá em função dos conflitos de interesse entre os distintos grupos do Estado-nação.⁶²

A partir dos dados secundários do Mercosul, se denota claramente o crescimento econômico no Paraguai, apesar da sua menor complexidade econômica, baseada na produção de bens primários. Por outro lado, ainda numa análise estritamente econômica, identificou-se uma grande dependência no comércio exterior, sendo seus principais parceiros comerciais o Brasil e a China. Desta forma, o cenário global afeta diretamente a economia nacional, uma vez que não há um mercado consumidor interno forte.

Ademais, positivamente, revelam-se os indicadores de inflação e de desemprego do Paraguai, que comparativamente são os menores no bloco. Por outro lado, destacam-se a grande quantidade de população rural no país e a desigualdade no acesso à internet quando comparado ao Mercosul. Notou-se, ainda, que o Estado não investe na mesma proporção aos demais países do Mercosul em saúde, educação e outras questões sociais, sendo mais um fator agravante para a perpetuação de desigualdades sociais.

No que se refere aos indicadores sociais, estes despontaram uma desigualdade acentuada pelo gênero, área de residência – situação pior na área rural – e entre a população indígena. Notou-se que a produção agrícola latifundiária ganha força, enquanto a agricultura familiar perde espaço. Isso é mais um agravante na situação de vulnerabilidade, considerando que, como anteposto, grande parcela da população se dedica a essa atividade. Outro fator crucial é a ausência de dados para a região de Boquerón e Alto Paraguay, indicando para uma região ainda mais marginalizada no escopo das ações do Estado.

Desta forma, há indicadores apontando para maior desigualdade e pobreza relacionada a fatores étnicos, raciais, de gênero e localização. Houve redução no indicador de pobreza, possivelmente reflexo da política de distribuição de renda do programa Tekoporã. Esses fatores precisam ser explorados melhor em pesquisas futuras.

Por fim, um entrave intrínseco ao desenvolvimento no Paraguai é a degradação do meio ambiente. Infelizmente, essa foi uma dimensão que não foi possível de ser explorada nesta pesquisa. Assim, sugere-se que futuras pesquisas procurem explorar os impactos do desenvolvimento econômico no meio ambiente, principalmente sobre o aspecto da biodiversidade e conservação de solo, que são diretamente impactados pela atual trajetória de especialização agrícola.

Notas

1. Pekka Himanen e Manuel Castells, *Reconceptualizing Development in the Global Information Age* (Oxford: Oxford University Press, 2014).
2. John Creswell, *Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto*, 2 ed. (Porto Alegre: Artmed, 2007).
3. Himanen e Castells, *Reconceptualizing Development*; Amartya Sen, *Desenvolvimento como liberdade* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000).
4. Como por Guilherme Radomsky no livro *Colonialidade, pensamento decolonial e crítica do desenvolvimento: implicações epistemológicas e metodológicas* (2014) ou Karl Polanyi em *A grande transformação: as origens da nossa época* (1980), além da obra na íntegra *Desigualdad y clases sociales*, publicada pela CLACSO em 2016.
5. Bloco econômico criado em 1991 voltado para a integração regional, atualmente os países membros são Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Até o momento desta pesquisa, a Venezuela está suspensa do bloco.
6. Disponível em: < <https://www.worldbank.org/en/understanding-poverty> > acesso em 07 de set. de 2024.
7. Gary Fields, *Distribution and Development: A New Look at the Developing World* (Cambridge, MA: The MIT Press, 2001).
8. Sen, *Desenvolvimento como liberdade*.
9. Amartya Sen, “Sobre conceptos y medidas de pobreza”, *Comercio Exterior*, 42: 4, México (1992), p. 315; tradução nossa.
10. Albert Berry, *Causas de la pobreza en América Latina y políticas para reducirla, con referencia especial al Paraguay* (Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 2000), p. 4; Emiliana Vegas et al., *Documento de marco sectorial de educación y desarrollo infantil temprano*, Banco Interamericano de Desarrollo, División de Educación, jun. 2016, p. 36. Disponível em: <https://observatorioeducacion.org/sites/default/files/bid_marco_sectorial.pdf> Acesso em: 9 set. 2024.
11. Berry, *Causas de la pobreza en América Latina*.
12. Sen, *Desenvolvimento como liberdade*.
13. Ibid.
14. Himanen e Castells, *Reconceptualizing Development*.
15. Jorge Méndez Rheineck et al. (coords.), *Informe nacional sobre desarrollo humano* (Paraguai: PNUD, 2008).
16. Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL, *Panorama Social de América Latina y el Caribe: La transformación de la educación como base para el desarrollo sostenible* (Santiago, 2022) ISBN: 978-92-1-005587-1
17. Guilherme F. W. Radomsky, “Colonialidade, pensamento decolonial e crítica do desenvolvimento: implicações epistemológicas e metodológicas,” em Raquel Rigotto, Ada Aguiar, Lívia Ribeiro (org.), *Tramas para justiça ambiental: diálogos de saberes e práxis emancipatórias* (Fortaleza: Editora da UFC, 2018), p. 56-89.
18. Karl Polanyi, *A grande transformação: as origens da nossa época* (Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980), p. 297.
19. Banco Mundial. Consulta ao banco de dados. 2023. Disponível em:< <https://data.worldbank.org/>> Acesso em 18 set. 2023.
20. Max Weber, *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, vol. 1 (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991).

21. Jorge Méndez Rheineck et al. (coord.), *Informe Nacional Sobre Desarrollo Humano* (Paraguai: PNUD. 2008), p. 126, tradução nossa. “La mayor desigualdad cultural se encuentra, entonces, entre los hispano y guaranihablantes. De hecho, funciona un bilingüismo diglósico: dos lenguas que conviven con estatus diferencial, siendo más valorada una de ellas, el castellano. El bilingüismo se liga al imaginario del mestizaje, al discurso nacionalista de una nación unitaria y uniforme que oculta la desigualdad de los idiomas y excluye a las etnias y culturas indígenas no guaranihablante[s]”.
22. Guilherme. F. W. Radomsky, “Colonialidade, pensamento decolonial”, p. 73.
23. Paraguay, Sistema Armonizado de Designación y Codificación de Mercancías. Banco Central del Paraguay, 2021. Disponível em: <<https://apps.bcp.gov.py:8444/>> Acesso em 14 de jul. 2021.
24. OECD, *Estadísticas tributarias en América Latina y el Caribe 2021 – Paraguay*. Relatório, 2021.
25. Arantxa Guereña e Luis Rojas Villagra, Yvy Jára. *Los dueños de la tierra en Paraguay* (Asunción: OXFAM, 2016).
26. A relação comércio/PIB é um indicador da importância relativa do comércio internacional na economia de um país. É calculado dividindo o valor agregado das importações e exportações ao longo de um período pelo produto interno bruto do mesmo período.
27. Marcelo Francisco Dias, *Do estruturalismo da CEPAL à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico* (São Paulo: Unesp, 2012).
28. Ruy Mauro Marini, *Dialética da dependência*, 10. ed. (México: Editora Era, 1973). Tradução de Marcelo Carcanholo, Universidade Federal de Uberlândia — MG. Post-scriptum traduzido por Carlos Eduardo Martins, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/em/dialetica.htm>. Acesso em: 14 jul. 2021.
29. Ibid.
30. Arthur W. Lewis, “O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra”, em A. N. Agarwala e S. P. Singh, *A economia do subdesenvolvimento* (SP/RJ: Forense, [1969] 1986).
31. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OECD, *Estadísticas tributarias en América Latina y el Caribe 2021 – Paraguay*. Relatório, 2021.
32. Banco Mundial. Consulta ao banco de dados, 2023. Disponível em: < <https://data.worldbank.org/>> acesso em 18 set. 2023.
33. A lei de “maquila” permite não cobrar impostos na importação de máquinas e matéria-prima para as empresas estrangeiras que decidirem fabricar no país e há um único imposto de 1% do valor agregado para a exportação. Em contrapartida, a empresa deve exportar 100% de sua produção até completar um ano no regime. Essa lei é inspirada nas empresas “maquiladoras” do México.
34. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica*, 5 ed (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979), p. 143.
35. Instituto Nacional de Estatística – INE, Encuesta Permanente de Hogares. Paraguai, 2020.
36. Inclui toda a dívida com vencimento original de um ano ou menos e juros de mora na dívida de longo prazo. As reservas totais incluem o lastro no país.

37. O índice de inflação medido pela taxa de crescimento anual do deflator implícito do PIB mostra a taxa de variação dos preços na economia como um todo. O deflator implícito do PIB é a razão entre o PIB em moeda local corrente e o PIB em moeda local constante.
38. Luis Galeano, “Transformación del modelo agrícola y cambios en la estructura de clases”, em *Desigualdad y clases sociales: Estudios sobre la estructura social paraguaya* (Asunción: CLACSO, 2016).
39. Ibid.
40. Ibid.
41. Banco Mundial. Consulta ao banco de dados. 2023. Disponível em: < <https://data.worldbank.org/>> Acesso em 18 set. 2023.
42. Méndez Rheineck et al., *Informe Nacional Sobre Desarrollo Humano, Paraguay*, p. 36. Tradução nossa. “El acceso a servicios de salud de hombres urbanos, ricos e hispanohablantes cuadruplica el de mujeres rurales, pobres y guaranihablantes. Es decir, quienes portan la sumatoria de estas desigualdades negativas tienen la cuarta parte de oportunidades de ejercer su derecho a la salud que las del primer grupo”.
43. Ibid., p. 36.
44. Ibid., p. 78.
45. Ibid., p. 129.
46. Ibid., p. 113.
47. Verónica Serafii Geoghegan, “Clase, género y pobreza. Algunas ideas para el debate”, em *Desigualdad y clases sociales: Estudios sobre la estructura social paraguaya* (Asunción: CLACSO, 2016), p. 207.
48. Ibid.
49. Valor de cotação em 07/09/24, onde 1 guarani equivale a 0,00013 dólares americanos.
50. A redução do índice de pobreza de 2016 a 2019 pode estar vinculada à criação do programa social Tekoporã. Vide: Vera Soares et al., *Achievements and Shortfalls of Conditional Cash Transfers: Impact Evaluation of Paraguay’s Tekoporã Programme*, 2008.
51. Seus valores variam de 0 a 1, onde 0 representa equidade perfeita, enquanto um coeficiente de 1 representa iniquidade perfeita. Portanto, quanto mais próximo de um, maior é a desigualdade no país.
52. Para sua estimativa, substitui-se a receita dos domicílios localizados no último percentil da distribuição de renda até o limite superior do percentil 99.
53. Galeano, “Transformación del modelo agrícola”, p.173-174.
54. Ibid.
55. Instituto Nacional de Estadística – INE, Encuesta Permanente de Hogares. Paraguay, 2020.
56. Banco Mundial. Consulta ao banco de dados, 2023. Disponível em:< <https://data.worldbank.org/>> Acesso em 18 set. 2023.
57. Rubén Gaete, “Políticas de inversión en capital humano: salud”, em Dionisio Borda e Fernando Masi, *Políticas públicas en Paraguay. Avances y desafíos 1989-2020* (Asunción: CADEP, 2021).
58. Lucas Arce e Gustavo Rojas, “Paraguay”, em Álvaro Calix e Mariano Blanco (coords.), *Los desafíos de la transformación productiva en América Latina Perfiles nacionales y tendencias regionales. Tomo 2: Cono Sur* (México: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2020), p. 378.
59. Sarah Zevaco, “La nebulosa tributaria de la soja que nunca alcanzamos”, em Marielle Palau (org.), *Con la soja al cuello: Informe sobre el agronegocio en Paraguay* (Asunción: BASE IS, 2019).

60. Ramón Fogel, “Efectos socioambientales del enclave sojero”, em Ramón Fogel e Marcial Riquelme (comp.), *Enclave sojero: merma de soberanía y pobreza* (Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005).
61. Arce e Rojas, “Paraguay”.
62. Berry, *Causas de la pobreza en América Latina*.